

# Pólen no Bico do Papagaio: produção de pólen apícola em áreas de assentamento agrário

## Arlei Rosa dos Santos

Graduação em Serviço Social pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, (Unesp) Câmpus de Franca, SP.

Autoridade Sanitária na Prefeitura Municipal de Franca, SP.

E-mail: arlei.unesp@gmail.com

---

## Resumo

O presente artigo objetiva discutir a necessidade de desenvolvimento econômico e social em áreas de assentamentos agrários, dadas as dificuldades historicamente encontradas pelos produtores rurais assentados para produzir e comercializar sua produção de forma sistemática e rentável. Para tanto, apresentou-se a proposta da produção de pólen apícola como alternativa para dinamização econômica em assentamentos agrários dos municípios de Conceição do Araguaia, Floresta do Araguaia, Redenção e Santa Maria na mesorregião do Bico do Papagaio no estado do Pará, potencializando a produção apícola já existente nesses territórios. O projeto apresentado visa implementar a produção de pólen apícola nos assentamentos desses municípios, desenvolver a economia de forma articulada com as políticas públicas e iniciativas privadas, articular uma rede de cooperação voltada para a garantia de assessoria técnica ao produtor e construir espaço, denominado “Espaço Abelha”, como forma de dinamizar a economia e articular esforços para o desenvolvimento territorial sustentável.

## Palavras-chave

Desenvolvimento econômico e social. Assentamentos agrários. Produção de pólen apícola.

## Pollen in the Bico do Papagaio: pollen bee production in agricultural areas of settlement

## Abstract

*This article discusses the need for economic and social development in areas of agrarian settlements, given the difficulties encountered by historically settled farmers to produce and sell their product in a systematic and profitable way. Therefore, the proposal presented production of pollen as an alternative for boosting economic agricultural settlements in the municipalities of Conceição do Araguaia, Floresta do Araguaia, Redenção and Santa Maria in the middle “Bico do Papagaio” region in the State of Pará, increasing production of beekeeping existing in the territory. The proposal aims to implement the production of pollen in the settlements of these municipalities, develop the economy of the territory in coordination with public policies and private initiatives, articulate a network of cooperation for ensuring technical advice to producers and building space, known as “Bee space” as a way to boost the economy and joint efforts for sustainable territorial development.*

## Keywords

*Economic and social development. Agrarian settlements. Production of pollen.*

## INTRODUÇÃO

O desenvolvimento econômico e social desigual nos territórios brasileiros constitui uma problemática que se coloca como central para a discussão acerca de estratégias necessárias para um projeto de desenvolvimento que alcance todo o país, alavancando a produção agrícola e industrial, assegurando o acesso à educação, saúde, habitação, além de oportunidades de geração de trabalho e renda para a população.

Nessa dimensão torna-se fundamental oportunizar espaços que analisem as possibilidades de enfrentar tal desafio. O “Prêmio Celso Furtado de Desenvolvimento Regional – Edição 2012 Homenagem a Rômulo de Almeida” representou um desses esforços, buscando “promover a reflexão, do ponto de vista teórico e prático, acerca do desenvolvimento regional no Brasil”, conforme descrito nos objetivos do prêmio. (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Prêmio Celso Furtado de Desenvolvimento Regional, 2012) as metas convergem para o proposto pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional, ao procurar identificar medidas concretas de redução das desigualdades entre as regiões brasileiras e a promoção da equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento. Além das reflexões contempladas nas dissertações e teses (*Produção de Conhecimento Acadêmico*), no Prêmio abriu-se a oportunidade para a discussão da viabilidade de ações com vistas ao desenvolvimento regional (*Práticas Exitosas de Produção e Gestão Institucional e Projetos Inovadores para Implantação no Território*).

O texto ora apresentado é fruto da proposta premiada com Menção Honrosa na Categoria Projetos Inovadores para Implantação no Território, trazendo uma alternativa para dinamização econômica em assentamentos agrários dos municípios de Conceição do Araguaia, Floresta do Araguaia, Redenção e Santa Maria, na mesorregião do Bico do Papagaio, no estado do Pará.

Esses locais têm potencial para a prática de apicultura, mas é preciso oferecer aos produtores rurais que já desenvolvem essa prática recursos técnicos, estruturais e financeiros que tanto potencializem a produção já existente (mel, cera) como implementem outras possibilidades, como o pólen apícola, produto altamente rentável e que não necessita de grandes investimentos em seu processamento e comercialização.

O projeto destacou a necessidade de assegurar aos produtores rurais assentados oportunidades tanto para a produção quanto para a comercialização das mercadorias para tanto essencial estabelecer parcerias entre os órgãos do poder público ou com associações e empresas. A proposta foi estruturada metodologicamente a partir de três momentos diferenciados:

- 1) capacitação dos produtores rurais assentados;
- 2) implementação de novos apiários e adequação para a produção de pólen dos já existentes, e
- 3) construção do Espaço Abelha pretendia-se dinamizar a economia local aproveitando o potencial existente e diversificando a produção a partir do pólen e sua inserção na alimentação escolar, mediante parceria com os ministérios do Desenvolvimento Agrário e de Desenvolvimento Social, no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) instituído pelo artigo 19 da Lei 10.696 de 2003.

O presente texto busca inicialmente trazer a reflexão acerca das dificuldades para a produção agrícola em áreas de assentamentos agrários, ressaltando a importância do território na elaboração de políticas públicas e a especificidade dos municípios referência do projeto, pertencentes a uma região com Índice de Desenvolvimento Humano abaixo da média nacional e com número significativo de assentamentos agrários. Na sequência apresenta-se o projeto Pólen no Bico do Papagaio, discutindo-se seus objetivos, etapas da implementação resultados programáticos, que buscaram atender ao indicado na Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

Foram estabelecidas à melhoria econômica e à diversificação da base produtiva para a redução das desigualdades regionais, conforme proposto pelo Ministério do Desenvolvimento Social e o Ministério de Desenvolvimento Agrário por meio do Programa de Aquisição de Alimentos, e ainda pelo Programa Nacional da Agricultura Familiar e a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.

## **PRODUÇÃO AGRÍCOLA EM ASSENTAMENTOS AGRÁRIOS**

A realidade macroeconômica brasileira aponta um desenvolvimento regional desigual, sendo imprescindível executar ações integradas que se voltem para a redução de tais desequilíbrios. O desenvolvimento econômico e social em áreas de assentamento agrário no Brasil constitui historicamente um desafio; a tarefa de produzir, buscando tirar da terra o necessário para garantia de dignidade e de condições adequadas de vida, torna-se por vezes quase impossível, ante as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores rurais assentados no acesso a recursos financeiros (créditos, refinanciamentos) e assessoria técnica necessária tanto para a produção quanto para suas formas de comercialização.

Conforme Santos e Sant'anna (2012, p.4),

O panorama da luta agrária no Brasil mostra as dificuldades de sobrevivência das famílias que, muitas vezes, após anos de embates para a conquista da terra foram assentadas, mas que permanecem sem condições para produzirem. O modelo de assentamento agrário implementado pela política nacional brasileira não efetiva todas as etapas do processo de desenvolvimento necessárias à viabilização dos assentamentos nem permite o desenvolvimento das potencialidades dos assentados como sujeitos de direitos e produtores agrícolas.

Além das questões relacionadas fundamentalmente

ao papel preponderante do Estado na condução das políticas públicas, é nítida na fala dos autores a primordialidade de executar não apenas o acesso à terra, mas garantam condições para a produção agrícola, efetivando-se assim o “Ocupar, Resistir e Produzir”, lema no II Congresso do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra realizado em 1990.

Historicamente, as áreas de assentamento agrário enfrentam entraves na produção e comercialização de sua produção, sendo necessários processos que ofereçam as condições essenciais para a superação desse quadro, no qual, mesmo quando possuem incentivos financeiros para plantar e colher, os assentados não encontram formas rentáveis de inserir essa produção no mercado.

Para o processo de dinamização da economia, é fundamental a implementação de projetos sustentáveis em âmbito econômico, social e ecológico, um dos desafios para as políticas públicas, e que envolve a “necessidade de territorializar a sustentabilidade ambiental e social do desenvolvimento – o pensar globalmente mas atuar localmente”, conforme aponta Guimarães (2004, p.49) . Faz-se preciso portanto considerar as especificidades de cada região, a experiência e o potencial produtivo que possui além das condições de vida da população. Essas dimensões contribuem para que cada região, mesorregião e mesmo subregião do país tenha potencial e limites peculiares, e mesmo que os assentamentos agrários possuam elementos comuns em sua constituição ou forma de organização, encontram-se inseridos nesses espaços, típicos, sendo primordial entendê-los para depois elaborar propostas para seu desenvolvimento.

Nesse contexto, as dimensões de territórios e região são aspectos básicos para a formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas, destacando-se o desafio de reduzir desigualdades, universalizar direitos sem

prescindir das particularidades de cada local, que são de natureza territorial, social e econômica, e que formam um “imenso mosaico de lugares e contextos”, conforme destacam Koga e Nakano (2006, p.99). Ressaltando que esse “mosaico” contempla não apenas as diversidades, mas também a construção da desigualdade, o território passa a ser elemento que pode contribuir tanto para os processos emancipatórios como para a produção da desigualdade, e assim se torna conceito basilar nas políticas públicas.

Contudo, devido à importância da concepção de território, é preciso vê-lo a partir de uma perspectiva ampliada, superando-se a prática comum de dividir a análise a partir das macrorregiões nacionais. Segundo Koga e Nakano (2006, p.100), dividir ou contrapor a “pobreza e o atraso do Norte e do Nordeste com a riqueza e a modernidade do Sul e do Sudeste” não dá conta de análises regionais e territoriais mais profundas, já que tais regiões não são homogêneas, mas ao contrário, existem heterogeneidades econômicas, sociais e culturais. Para compreender tal divergência, pode-se utilizar da combinação de diferentes escalas regionais, buscando a apreensão da complexidade das diversidades e desigualdades regionais, entendendo ainda que não se trata apenas de identificar e somar lugares semelhantes e atribuir-lhes homogeneidades, mas partir da percepção de que trata-se de “articulações territoriais diferenciadas que se encontram momentânea e espacialmente partilhando finalidades e caracterizações comuns” (p.101)

Portanto, a concepção regionalizada configura-se como um avanço para gestão da implementação de políticas públicas, sendo imprescindível entender que a configuração regional brasileira traz heranças históricas do período colonial, e que isso vai influenciar na formação e constituição dos espaços urbanos e rurais na contemporaneidade. Surge então a necessidade de formular políticas públicas em articulações regionais, atentando-se para a

concretude dos dados que por vezes não aparecem nos censos demográficos, mas são fundamentais para identificar as necessidades de cada espaço, já que é nele, que se criam diferentes arranjos e é onde os indivíduos se firmam como sujeitos coletivos de ações político-territoriais, constituindo-se assim uma realidade não estática, dinâmica e que abrange as mais diversas perspectivas.

Considerando o estabelecido pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (instituída pelo Decreto 6.047 de 22 de fevereiro de 2007), que tem como objetivos “a redução das desigualdades de nível de vida entre as regiões brasileiras e a promoção da equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento”, existem territórios selecionados que devem ser foco de ações voltadas para o desenvolvimento, dadas as condições que apresentam, e a mesorregião do Bico do Papagaio é considerada um desses territórios diferenciados.

De acordo com dados do Ministério da Integração Nacional, a mesorregião abrange 66 municípios, sendo que 16 localizam-se no estado do Maranhão, 25 no Pará e 25 no Piauí. Trata-se de uma região que tem como atividades econômicas predominantes a agropecuária e a extração mineral e vegetal, que se voltam prioritariamente para a economia de subsistência. Em relação ao estado do Pará, tem-se o PIB *per capita* e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) abaixo da média nacional, considerando dados de 2008.

A partir da necessidade de desenvolver os territórios brasileiros, é fundamental dinamizar os arranjos produtivos existentes, fomentando suas potencialidades por meio de práticas diversificadas além das experiências já existentes, propiciando aos trabalhadores rurais assentados oportunidades de desenvolvimento econômico, social e ambiental sustentável.

Na mesorregião do Bico do Papagaio, ainda de acordo com dados do Ministério da Integração, existe a proposta de promover o desenvolvimento

sustentável da apicultura, beneficiando famílias de produtores rurais assentados, com ênfase na produção e no beneficiamento de mel.

Entre os municípios contemplados na proposta do Ministério da Integração, estão Conceição do Araguaia, Floresta do Araguaia, Redenção e Rio Maria, todos no estado do Pará e no Bico do Papagaio. Sabe-se que esses municípios possuem potencial para a prática de apicultura, sendo necessário elaborar propostas que visem a construir estratégias sistematizadas e rentáveis para o escoamento da produção, além de sua diversificação.

De acordo com dados do Incra, existem nesses municípios 65 projetos de assentamento agrário (PAs), e 6.767 famílias assentadas (Incra, 2011) sendo ainda insuficientes as ações voltadas para implementação de uma extensão agrária capaz de garantir o acompanhamento técnico dos trabalhadores, capacitando-os e auxiliando em suas atividades produtivas.

A mesorregião do Bico do Papagaio tem uma economia predominantemente agropecuária, mas que não possui expressividade em termos de produção e rendimentos econômicos, sendo voltada principalmente para a subsistência. Assim, os produtores rurais, entre eles os assentados, não produzem de modo suficiente para garantia de desenvolvimento regional.

De acordo com dados analisados pelo Conselho Federal de Economia (Cofecon) no Mapa da Distribuição Espacial da Renda no Brasil (CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA, 2011) divulgado em abril de 2011, o Pará ocupava em 2008 a 22ª posição em relação ao PIB *per capita* dos 27 estados da Federação, apresentando a média de 8,301, abaixo da nacional. Ainda de acordo com essa análise do Cofecon, quase a totalidade do estado do Pará mostra percentual inferior à metade do crescimento médio nacional no período,

podendo ser classificada entre as regiões menos dinâmicas.

Na dimensão social, considerando que o fator renda é essencial para alavancar outras dimensões de desenvolvimento, nos municípios em questão existe a necessidade de ações que possibilitem promover socialmente a região, já que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do estado do Pará também se encontra abaixo da média nacional. Cumpre destacar que o IDH, sistematizado pela Organização das Nações Unidas (ONU), possui uma escala que varia de zero até 1,0, sendo que quanto mais se aproxima de 1, maior o desenvolvimento humano de um país ou região. A metodologia utilizada para o IDH contempla três dimensões e quatro indicadores: saúde (esperança de vida ao nascer); educação (média de anos de escolaridade e anos de escolaridade esperados); e padrões de vida (rendimento nacional bruto *per capita*). De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano 2011, o Brasil ocupa a 84ª posição entre os 187 países avaliados e apresenta índice de 0,718. Porém conforme análise do Conselho Federal de Economia (Cofecon), a média do IDH dos municípios paraenses está abaixo da nacional.

Tem-se portanto que, nos municípios que servem de referência para este artigo, existe a necessidade de ações que busquem oportunizar o desenvolvimento econômico e social em áreas de assentamento agrário, considerando as potencialidades do território em questão. Assim, o projeto Pólen no Bico do Papagaio: produção de pólen apícola em áreas de assentamentos agrários representa uma alternativa para dinamização econômica nessa área, incrementando a produção apícola já existente e implementando a proposta inovadora de produzir o polén apícola e introduzi-lo na alimentação escolar por meio do Programa de Aquisição de Alimentos do governo federal.



## O PROJETO PÓLEN NO BICO DO PAPAGAIO

Considerando que o desenvolvimento econômico e social nos territórios brasileiros, entre eles os assentamentos agrários, é uma necessidade histórica, torna-se essencial oportunizar estratégias para sua efetividade, e assim é fundamental dinamizar os arranjos produtivos existentes, fomentando suas potencialidades por meio de práticas diversificadas para além das experiências já existentes, propiciando aos produtores rurais assentados oportunidades de desenvolvimento econômico, social e ambiental sustentável.

A proposta apresentada com o projeto Pólen no Bico do Papagaio considerou como lócus os municípios de Conceição do Araguaia, Floresta do Araguaia, Redenção e Rio Maria, no estado do Pará, e teve como diretriz a produção e comercialização do pólen apícola em áreas de assentamentos agrários, como estratégia para o desenvolvimento sustentável e para a redução das desigualdades regionais.

A estrutura do projeto privilegiou a formação de parcerias entre órgãos públicos e privados para o financiamento das ações, buscando articular iniciativas e alocar recursos em diferentes esferas, garantindo as condições para a diversificação da base produtiva, dinamização da economia e consequente redução das desigualdades.

Essa articulação é essencial para a garantia da efetividade das ações, visto que a participação da sociedade civil junto às políticas implementadas pelo Estado tem sido representativa no processo histórico de redução das desigualdades no Brasil. No estudo organizado por Barbosa (2012), tem-se um balanço desse processo, apontando-se avanços significativos:

A economia brasileira voltou a crescer e gerar empregos. Novas políticas sociais foram implantadas, reduzindo a pobreza no país. Trata-

se, de fato, da primeira vez na história brasileira que se reduz desigualdade e pobreza num período de consolidação das instituições democráticas. Esta combinação torna o país capaz de gestar sua própria estratégia de desenvolvimento, **estruturada a partir do Estado e com ampla participação da sociedade civil na formulação, execução e monitoramento das políticas econômicas, de desenvolvimento regional, agrário e urbano**, além das políticas sociais básicas (saúde, educação, habitação e saneamento) e daquelas voltadas à geração de emprego e renda. (BARBOSA, 2012, p.139 **grifo nosso**)

A partir desses aspectos, o projeto foi estruturado para implementar a produção de pólen apícola em assentamentos agrários de quatro municípios localizados no estado do Pará, na mesorregião do Bico do Papagaio, visando à dinamização econômica e à diversificação produtiva. Buscou-se garantir o desenvolvimento da economia desses municípios e suas regiões de forma articulada com as políticas públicas e iniciativas privadas por meio da produção e comercialização do pólen apícola. Além disso, fez parte da proposta também a articulação de uma rede de cooperação voltada para a garantia de assessoria técnica ao trabalhador para a produção e comercialização, além da construção de um lócus denominado Espaço Abelha, como meio de dinamizar a economia local e articular esforços para o desenvolvimento territorial sustentável.

Descoberto pelo reverendo Lorenzo Lorraine Langstroth em 1851, o espaço abelha na cultura racional constitui um espaço utilizado pelas abelhas que comporta o livre acesso nas entranças da colmeia de até duas abelhas por vez, de modo que todo espaço inferior a 4,7 mm e superior a 9,7 mm é inutilizado, quer seja com própolis ou com a feitura de novo favo em cera. Para a comercialização sistematizada, duradoura e rentável de pólen, os produtores precisam encontrar formas de organizar-se, agregando valor ao produto, tornando-o competitivo no mercado. Para isso, são necessárias articulações que garantam

o alcance desse objetivo e contribuam para a redução das desigualdades regionais e integrem os assentamentos agrários.

O Espaço Abelha compreende a estrutura física e legal/institucional para o processamento e comercialização do pólen. O ordenamento legal/institucional configura-se como uma organização que integra os produtores mediante assessoria técnica no processamento e armazenamento do pólen, além da viabilização de convênios com órgãos públicos para estratégias de inserção de produto competitivo no mercado. Tal organização se constituirá pela articulação com Associações de Dinamização Econômica (ADE), sindicatos e secretarias municipais responsáveis pela execução das políticas públicas de agricultura e assistência social. Por meio do Espaço Abelha serão firmados convênios com as administrações municipais (conforme previsto no Programa de Aquisição de Alimentos regulamentado pela Lei 10.069 de 02/07/2003) que destinarão de parte da produção apícola para a merenda escolar. Serão desenvolvidas também estratégias de *marketing* para inserção do pólen na alimentação, e ainda a logística de comercialização do produto. A estrutura física compreende um espaço de uso coletivo para os produtores beneficiarem e armazenarem corretamente o pólen apícola, até sua comercialização.

Para a estruturação do projeto, considerou-se que nos municípios referenciados já existem práticas de apicultura, e portanto é possível utilizar o potencial da economia local e as experiências produtivas da região para diversificar a produção e ampliar as possibilidades de rendimentos. A produção apícola engloba mel, pólen, própolis, cera, geleia real e outros produtos e subprodutos diversos, sendo que na contemporaneidade tem ganho destaque o pólen apícola, visto ser um dos alimentos mais completos para a nutrição e reposição proteico-vitamínica. Segundo Santos (2012, p.3)

Esse alimento, o pólen, apesar de ainda desconhecido por grande parte da população, é um dos alimentos mais completos para a nutrição e reposição proteico-vitamínica, composto de água, glicídios, lipídeos, protídeos, sais minerais, dentre outras substâncias.

Considerando essa possibilidade, ou seja, a produção de pólen apícola a partir da estrutura já existente para as práticas de apicultura, o projeto foi estruturado a partir dos seguintes direcionamentos: a necessidade de alavancar e estender as atividades apícolas de forma sustentável nas dimensões econômica, social e ambiental, e a garantia da comercialização sistemática e rentável. Buscou-se assegurar a oportunidade para a implementação de ações efetivas visando à dinamização econômica da região em destaque, bem como a redução das desigualdades regionais e o consequente enfrentamento dos processos de exclusão social.

Metodologicamente, para a implementação da produção de pólen apícola nos municípios, foram previstas três etapas: capacitação dos produtores, implementação de apiários e construção do Espaço Abelha. Após a capacitação dos produtores em práticas de apicultura, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), a proposta é a instalação de 256 apiários com 10 caixas padrão Langstrote, sendo um apiário para cada produtor. Com o início da produção do pólen, com vistas a otimização das formas organizativas voltadas para garantia de escoamento da produção e mercado consumidor, é necessário o apoio técnico das secretarias municipais e outros órgãos, buscando assessoria para formalizar uma associação capaz de articular mecanismos que favoreçam o fortalecimento dos grupos de produtores rurais. As associações deverão ser organizadas nos quatro municípios referenciados, podendo ter as seguintes denominações:

- Adeca: Associação de Dinamização Econômica de Conceição do Araguaia
- Adefa: Associação de Dinamização Econômica de Floresta do Araguaia
- Ader: Associação de Dinamização Econômica de Redenção
- Aderma: Associação de Dinamização Econômica de Rio Maria

Em relação à terceira etapa do projeto, será construído em cada município um espaço utilizado para o armazenamento e beneficiamento do pólen para comercialização conjunta e distribuição sistematizada da produção, que voltar-se-á para o Espaço Abelha, grupo cooperativo formado por membros das associações de dinamização econômica e que se fixará em um dos municípios integrantes do projeto, privilegiando a logística para o escoamento da produção.

O projeto foi estruturado buscando-se assegurar que órgãos públicos, entidades, associações e outras formas de organização pudessem mais do que participar, mas ter seu potencial utilizado na busca por garantir que os produtores rurais assentados dos municípios tivessem oportunidade de não apenas produzir alimentos com vistas à segurança alimentar e nutricional, mas também de escoar a produção de maneira sistematizada, assegurando a geração de trabalho e renda. Para tanto, foram considerados os fatores que poderiam representar riscos e as estratégias para seu enfrentamento. Na fase de capacitação dos produtores, notou-se que poderiam ser encontradas dificuldades para despertar o interesse tanto dos próprios produtores rurais, quanto dos órgãos e secretarias públicas para realizar tal etapa. A estratégia encontrada foi a sensibilização desses atores por meio de visitas, reuniões e palestras, mostrando o potencial da produção de pólen apícola, os custos relativamente baixos e os impactos para o desenvolvimento econômico, social e ambiental da região.

Quanto à implementação dos apiários, os fatores de riscos foram encontrados na dimensão dos recursos financeiros, na disposição dos produtores rurais e na

necessidade de assistência técnica sistemática, e criar parcerias com órgãos e secretarias da administração pública, além de empresas do setor privado, foi o caminho previsto para a superação desses obstáculos. No que diz respeito à construção do Espaço Abelha, as dificuldades foram a estruturação do espaço físico necessário, a mobilização dos produtores e a logística da distribuição. Para tanto, foi proposta a busca de financiamento junto ao Banco de Desenvolvimento Nacional (BNDES) e o fortalecimento de associações e organizações já existentes.

As estratégias encontradas para a superação dos fatores de riscos estiveram relacionadas à busca de parcerias na tentativa de assegurar que as ações com vistas ao desenvolvimento regional envolvam não apenas Estado e produtores rurais assentados, mas também a sociedade civil, promovendo assim o compromisso coletivo, com uma produção agrícola de qualidade a preços acessíveis, visando a “inserção social produtiva da população, fortalecimento das organizações sócio produtivas regionais e estímulo à exploração das potencialidades subregionais advindas da diversidade sócioeconômica, ambiental e cultural do país”, objetivos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR. (BRASIL, 2007, online)

O projeto Pólen no Bico do Papagaio tem, portanto, seus objetivos, diretrizes e estratégias de execução atrelados à Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), ao apresentar possibilidades concretas para redução das desigualdades e a promoção da equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento.

Trata-se da possibilidade de aproveitamento do potencial produtivo da região, mas ao mesmo tempo da diversificação da produção de modo a ampliar as possibilidades de desenvolvimento econômico e social, assegurando alimento seguro nutricional, além da geração de trabalho e renda, fruto da sistematização da produção e de seu escoamento para o mercado.



Em relação aos impactos esperados a partir da implementação do projeto, aproveitar-se-á o potencial dos municípios para as práticas de apicultura e a produção do pólen irá impulsionar a economia bem como diversificar a produção, criando as condições necessárias para o desenvolvimento econômico, geração de trabalho e renda, e ainda a elevação do PIB *per capita*. Além da dimensão econômica, previam-se prováveis impactos sociais, entre eles melhores condições de vida para a população, seja pela geração direta ou indireta de empregos, da oferta de alimentos saudáveis e do fortalecimento de organizações comunitárias em áreas de assentamentos rurais. Cumpre destacar também que, com a implementação do projeto Pólen no Bico do Papagaio, não serão beneficiadas apenas as famílias assentadas, mas os municípios e a região, com uma produção de qualidade, de baixo custo e impacto social elevado.

Há que se considerar ainda que na dimensão tecnológica e ambiental, com a criação do Espaço Abelha, o pólen apícola produzido passará por processos de beneficiamento que comportam etapas de industrialização, tais como esterilização, fracionamento e rotulagem. Essa dinâmica se dará com o emprego de tecnologias necessárias à destinação final do produto ao mercado. Já em relação aos aspectos ambientais, com a produção de pólen (agregando-se à produção de mel e cera já existentes), serão potencializadas práticas conservacionistas e de desenvolvimento sustentável, favorecendo a criação de abelhas e assegurando a preservação do ecossistema. Assim, o projeto Pólen no Bico do Papagaio configurou-se como uma alternativa econômica, social e ambientalmente sustentável para a redução das desigualdades nos territórios da mesorregião do Bico do Papagaio.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O panorama econômico e social brasileiro nas últimas décadas aponta a necessidade de ações que se voltem para as especificidades dos territórios, uma vez que apresentam características geográficas,

econômicas e culturais diversas, e devido às estruturas sociais contemporâneas, registram desenvolvimento econômico e social irregular.

Tais ações devem, portanto, encontrar estratégias para assegurar que territórios historicamente vulnerabilizados, como a mesorregião do Bico do Papagaio, possam ter acesso a condições que garantam seu desenvolvimento, uma vez que a desigualdade de condições entre os territórios é determinante no processo de exclusão social que seus habitantes vivenciam.

Destaca-se que o conceito “exclusão social” não se limita a fatores econômicos (ainda que esses predominem) e nem pode ser simplificado, representando antes fenômeno que se manifesta de maneiras distintas, em realidades as mais diversas, comportando consequências também diferenciadas, e que em relação aos produtores rurais assentados se revela na exclusão do processo de produção e comercialização rentável de sua produção. Assim, oportunizar condições para o desenvolvimento econômico e social nos territórios brasileiros é também assegurar o enfrentamento da exclusão social.

O projeto Pólen no Bico do Papagaio surgiu nesse cenário como uma alternativa para a ação de enfrentamento da desigualdade que acarreta ainda a exclusão social. Buscou-se apresentar uma proposta que assegurasse não apenas as condições para a produção, mas também para a comercialização, e por isso, previu-se a capacitação dos produtores, a assessoria técnica e financeira para a implementação da estrutura física necessária à produção do pólen, e ainda a organização do Espaço Abelha, voltado para a organização logística da distribuição e comercialização da produção.

Para a implementação de uma proposta com essa amplitude, que beneficia não apenas os produtores rurais assentados mas indiretamente toda a população desses territórios, pois disponibiliza uma produção de qualidade, a preços acessíveis e com o compromisso da sustentabilidade econômica,

social e ecológica, foi essencial firmar parcerias com órgãos públicos e sociedade civil, buscando o apoio das seguintes entidades: associações comunitárias, Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), empresas e instituições bancárias privadas, faculdades, escolas técnicas, centros universitários, Instituto Nacional de Reforma Agrária, Ministério do Desenvolvimento Agrário - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão – (PNATER), Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Sebrae/PA, Secretaria de Estado da Agricultura do Pará, secretarias municipais de Agricultura, Assistência Social, Educação, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar/PA) e sindicatos rurais dos municípios .

Essas parcerias configuram-se como fundamentais para o processo de dinamização econômica no locus referido, e a implementação do projeto constitui uma oportunidade para que os produtores rurais assentados, uma vez capacitados e devidamente assessorados, possam produzir e inserir sua produção no mercado, garantindo-se assim a redução das desigualdades e o enfrentamento da exclusão social.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Alexandre de Freitas (Org). *O Brasil Real: a desigualdade para além dos indicadores*. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

BRASIL. Decreto 6.047 de 22 de Fevereiro de 2007. Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Brasília, 2007. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6047.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6047.htm) Acesso em: 15 ago 2012

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA. *Mapa da Distribuição Espacial da renda no Brasil*. Disponível em: [http://www.cofecon.org.br/dmdocuments/docComissoes/publicacao\(3\).pdf](http://www.cofecon.org.br/dmdocuments/docComissoes/publicacao(3).pdf) Acesso em: 01 ago. 2012.

GUIMARÃES, Roberto P. A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento. In: VIANA , Gilney. SILVA, Marina. DINIZ, Nilo. (Orgs). *O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

INCRA. *Relação de Projetos da Reforma Agrária*. 2011. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/questao-agraria/numeros-da-reforma-agraria/file/31-relacao-de-projetos-de-reforma-agraria> Acesso em: 27 jul 2012.

KOGA, Dirce; NAKANO, Kazuo. Perspectivas territoriais e regionais para políticas públicas brasileiras. *Revista Serviço Social e Sociedade*, n.85, p.98 – 108, 2006.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Mesorregião do Bico do Papagaio. Disponível em: [http://www.mi.gov.br/programas/programasregionais/index.asp?area=spr\\_mes\\_papagaio](http://www.mi.gov.br/programas/programasregionais/index.asp?area=spr_mes_papagaio) Acesso em: 15 jul. 2012.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Prêmio Celso Furtado de Desenvolvimento Regional. Edição 2012 Homenagem a Romulo de Almeida. Disponível em <http://www.integracao.gov.br/premio-celso-furtado> Acesso em 03 abr 2012

SANTOS. Arlei Rosa. O Projeto Abelha Operária como alternativa de construção da segurança alimentar e nutricional em áreas de assentamento agrário. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE NUTRIÇÃO, 22; CONGRESSO IBERO AMERICANO DE NUTRIÇÃO, 2012. *Anais...*

SANTOS, Arlei Rosa. SANT'ANNA. Raquel dos Santos. O Desafio de Geração de Trabalho e Renda: A experiência da associação de Mulheres Assentadas (AMA) de Araraquara/SP. In: Anais do V SIMPÓSIO SOBRE REFORMA AGRÁRIA E QUESTÕES RURAIS, 5. Araraquara, 2012. *Anais...*